

Empresário do DF sonha com livre mercado

Ailton C. Freitas

O empresariado de Brasília está preparado para sacrifícios adicionais no primeiro ano do próximo presidente que tomará posse em 15 de março próximo. Mas espera, em contrapartida, o retorno à economia de mercado e o fim do artificialismo que marcou a economia durante os governos militares e, sobretudo, no governo Sarney. Acha que os trabalhadores devem ser poupados de mais sacrifícios, porém reivindica do novo governo autoridade para fazer com que todos os que devem pagar impostos o façam sem distinção.

Estas manifestações foram colhidas durante um debate promovido pelo Jornal de Brasília na semana que passou, reunindo alguns dos empresários mais representativos da cidade. Do debate participaram o diretor-superintendente do Grupo OK, Luís Estevão de Oliveira; o presidente do Grupo Brasal e concessionário da Coca-Cola em Brasília, Osório Adriano (também presidente regional do PFL); o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), Nuri Andrauss, e o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Cássio Aurélio Gonçalves.

Durante o debate, os quatro empresários não compartilharam da visão otimista que o governo vem transmitindo à sociedade de que o País não vive uma época de crise. Manifestaram preocupação com o crescimento do DF que, no ano 2000, poderá alcançar a marca dos quatro milhões de habitantes sem ter emprego para todos.

Fim do artificialismo é exigência para apoiar novo presidente

JBR — Gostaríamos de saber dos senhores a interpretação que podem dar aos indicadores da economia, recentemente anunciados, que demonstram que a atividade industrial no país cresceu 5,3% em maio, em comparação com maio do ano passado; a taxa de desemprego caiu, demonstrando, inclusive, que a empresa privada nacional está capitalizada, ao contrário de anos recentes. Isso poderia significar que a economia, a empresa nacional, vai bem, e que quem vai mal é o Governo?

Nuri — Só é considerado desempregado aquele que já teve um emprego. Eu tenho certeza de que a mão-de-obra nova não está entrando no mercado de trabalho. Uma boa parte dela está marginalizada ou então está freqüentando a economia informal.

Nós tivemos no ano anterior uma performance bastante crítica da agricultura internacional, principalmente da americana (Estados Unidos), e isso deixou segmentos nacionais bastante empolgados, basicamente no interior do País, mostrando que a economia do interior está vinculada à economia agrícola, onde o artificialismo do Governo se fez menos presente. Agora, se a nossa economia vai bem? Eu acho que nenhum País com 30% de inflação ad més tem uma economia saudável. Nós podemos ter uma aparência saudável, mas o país está bastante doente.

Osório — Em Brasília, de uma maneira geral, eu acho que as coisas vão muito mal, estão piorando a cada dia. Basta dizer que as empresas não podem investir. Nesse instante, essa "melhoria" pode ser reflexo desse Plano Verão. Realmente a inflação se concebe por algum tempo, mas, infelizmente, hoje já estamos com a inflação próxima de 30%. A economia está sofrendo muito no seu aspecto estrutural. A carne está caindo de preço numa época de seca, em que o preço deveria subir. O Governo liberou o preço da carne, mas insiste em manter sob controle vários setores da economia, eu não sei por quê. Tenho impressão de que só vamos realmente melhorar depois das eleições, já com um novo presidente, pois ninguém está dando mais crédito a este Governo, que não ter respaldo político no Congresso. A expectativa é que as coisas continuem ruins, sem definições na área econômica. Se não fôrmos felizes na escolha do nosso presidente, teremos problemas sociais seriíssimos, no ano que vem.

Estevão — Esse quadro aparentemente saudável da economia é o mesmo quadro de um doente que você dopa e manda correr 100 metros. Quem olhar a corrida vai dizer que o atleta está bem, só que quando terminar a corrida ele estará mais doente do que quando começou. O problema desses choques e congelamentos de preços, é que eles dopam o País, provocando um efeito artificial na economia. Como consequência, um mês depois vem o fantasma de que, no momento do descongelamento, a inflação volta de uma forma muito mais recrudescida. Aí você tem um fenômeno que é muito comum em qualquer país que esteja caminhando para a hiperinflação, que é o aquecimento do consumo, não como forma de vitalidade do mercado, mas como forma de um reflexo do medo da hiperinflação e da certeza de que o valor relativo do dinheiro é cada vez menor. Isso é um sintoma clássico da hiperinflação.

Um outro dado: toda empresa que tem liquidez alta revela o sintoma de que preferiu guardar recursos, ao invés de investir, o que não é um dado positivo. Isso representa o seguinte: que as empresas há muito tempo perderam a confiança no investimento.

Cássio — O problema da economia brasileira é que ela é totalmente artificial. E as perspectivas não são animadoras, pelo aspecto cartorial da Constituinte. Não temos um livre mercado, temos uma economia totalmente controlada. Oligopólios e cartéis conseguem reajustes de preços porque são cipados muita acima de suas necessi-

dades. Ele (o governo) usa uma balança de canhão para matar formiga, indo no pequeno e no médio empresários. Mas o Governo não tem vontade, ou não tem coragem, de atacar o problema na sua origem, consumindo a gordura de oligopólios e cartéis.

JBR — Até que ponto os planos econômicos baixados pelo governo Sarney são responsáveis por esse processo pré-inflacionário?

Nuri — Eu não começaria no governo Sarney. O único presidente que realmente praticou uma economia de mercado foi Juscelino. A partir de então vivemos 20 anos sob uma ótica de segurança nacional onde os militares desenvolveram toda uma parafernalia política que cada vez mais nos distanciou da economia de mercado.

Estevão — Eu diria em primeiro lugar que no Brasil não existe uma economia de mercado. Eu acho que o Brasil é hoje uma economia infelizmente manobrada. De um lado, pelo governo, que na sua ânsia de estatização ocupou uma parcela muito grande da economia com ineficiência e com falta de competitividade. Do outro lado, pela presença de poucas empresas em cada setor de atividade. É por ter falido que o Estado é obrigado a privatizar, pois a dívida externa teve origem na febre de estatização.

Outra característica desses governos foi o nacionalismo, que deu preferência ao capital de empréstimo em vez do capital de risco, diminuindo a participação de indústrias estrangeiras nos últimos anos. O que acontece? Não há competição. Temos quatro fabricantes no setor de automóveis e a situação é a mesma no setor de pneus, cimento ou de vidros, onde só há um ou dois fabricantes. O governo precisa abrir as portas para o investimento. Falando de Brasília, o Estado ocupou um espaço tão grande que frustrou qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico da iniciativa privada. A Marinha tem uma área imensa mas não utiliza e não permite que esta área se torne produtiva. Diversos ministérios têm áreas em Brasília e não

porque já pagamos bastante dessa dívida. O déficit interno é consequência da dívida externa e o governo não tem a receita (para combatê-la), pois gasta mais do que tem. Aqui em Brasília, o companheiro Nuri acabou de citar a SAB, que faz concorrência, sem condições, já que não tem dinheiro para pagar em dia seus fornecedores. Agora pasmem! Vocês sabem porque a SAB tem sido mantida? Porque vende a prazo para os funcionários do GDF (Governo do Distrito Federal). O GDF não tem condições de pagar (salários), então vende a prazo, especialmente para a área de polícia e Corpo de Bombeiros. Eles compram e ficam vendendo. É uma anarquia generalizada.

Estevão — Eu diria em primeiro lugar que no Brasil não existe uma economia de mercado. Eu acho que o Brasil é hoje uma economia infelizmente manobrada. De um lado, pelo governo, que na sua ânsia de estatização ocupou uma parcela muito grande da economia com ineficiência e com falta de competitividade. Do outro lado, pela presença de poucas empresas em cada setor de atividade. É por ter falido que o Estado é obrigado a privatizar, pois a dívida externa teve origem na febre de estatização. Outra característica desses governos foi o nacionalismo, que deu preferência ao capital de empréstimo em vez do capital de risco, diminuindo a participação de indústrias estrangeiras nos últimos anos. O que acontece? Não há competição. Temos quatro fabricantes no setor de automóveis e a situação é a mesma no setor de pneus, cimento ou de vidros, onde só há um ou dois fabricantes. O governo precisa abrir as portas para o investimento. Falando de Brasília, o Estado ocupou um espaço tão grande que frustrou qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico da iniciativa privada. A Marinha tem uma área imensa mas não utiliza e não permite que esta área se torne produtiva. Diversos ministérios têm áreas em Brasília e não

porque já pagamos bastante dessa dívida. O déficit interno é consequência da dívida externa e o governo não tem a receita (para combatê-la), pois gasta mais do que tem. Aqui em Brasília, o companheiro Nuri acabou de citar a SAB, que faz concorrência, sem condições, já que não tem dinheiro para pagar em dia seus fornecedores. Agora pasmem! Vocês sabem porque a SAB tem sido mantida? Porque vende a prazo para os funcionários do GDF (Governo do Distrito Federal). O GDF não tem condições de pagar (salários), então vende a prazo, especialmente para a área de polícia e Corpo de Bombeiros. Eles compram e ficam vendendo. É uma anarquia generalizada.

Nuri — ...nós vivemos 20 anos sob uma ótica de segurança nacional, durante os quais os militares desenvolveram toda uma parafernalia política que cada vez mais nos distanciou da economia de mercado".

Nuri Andrauss

"...agora pasmem! Vocês sabem por que a Sab tem sido mantida? Porque vende a prazo para os funcionários do GDF. Principalmente, para a área da polícia e Corpo de Bombeiros. É uma anarquia generalizada".

Osório Adriano

"...esse quadro aparentemente saudável da economia é o mesmo quadro de um doente que você dopa e manda correr 100 metros. Quem olhar a corrida vai dizer que o atleta está bem, só que quando terminar ele estará mais doente do que quando começou".

Cássio Aurélio

"...acho que vão ter de ser medidas de choque que vão ter que agir sobre a elite brasileira, mas a elite como um todo, principalmente a elite financeira. Concordo que o povo brasileiro não tem mais o que tirar dele".

Cássio Aurélio

tem utilização para elas. O próprio governo local tem áreas extensas que poderiam estar sendo usadas para suprir o déficit habitacional e ativando a atividade econômica.

Cássio — Nós somos uma comunidade que dentro de 11 anos vai ter quatro milhões de habitantes. Esse é um dado catastrófico. Se as autoridades que têm poder de decisão na fixação de políticas de geração de empregos não se sensibilizarem para esse fato, as consequências vão ser gravíssimas para toda a comunidade.

JBR — Existem candidatos à Presidência que têm como solução desconhecer a dívida externa. Qual a sua posição em relação a esta questão?

Estevão — O problema hoje é administrar a existência da dívida externa e sua amortização. O momento é favorável, porque a economia mundial vive um momento de prosperidade. Nossos credores atravessam uma fase de prosperidade e de estabilidade política. O Brasil precisa ser competente para tirar proveito desse momento vantajoso, através de uma negociação política. Esse é um tipo de proposta que já foi oferecido pelos países credores. A segunda coisa é motivar a entrada de capitais, dando garantias econômicas ao investidor estrangeiro, com um tratamento jurídico confiável. O terceiro aspecto é o problema de aumentar o superávit comercial, que não pode ser obtido com o encolhimento do mercado interno, do empobrecimento do País.

Nuri — Nós não tínhamos representação popular para contrair esse débito, porque bastava um ministro e um assessor (viajarem) e o Brasil no dia seguinte devia mais 1 ou 2 bilhões de dólares. Acho que devíamos sentar com os credores e discutir nossa dívida por aí. Acho que isso era uma questão até moral para um governo eleito pelo povo. As altas taxas de juros de um empreendedor negociadas com um cliente fraco, além de preços muito

Fotos: Ailton C. Freitas

cheios. Dívida externa nós pagamos com saldo da balança comercial, com entrada de capital líquido, privatização de estatais que foram financiadas em dólares. Mas é preciso que o governo defina a situação cambial. Acho que nenhum investidor vai querer vir para cá com dois câmbios, um black praticamente oficial. Tão grave quanto a dívida externa, eu gostaria que se mexesse na dívida interna. Existe um grupo que se beneficiou demasiado aqui no país, cresceu violentamente. No mundo ele é dono de 3% da economia, enquanto aqui é dono de 12 ou 13%. Esse grupo é o dono da dívida interna, os banqueiros.

JBR — Como foi que isto aconteceu?

Nuri — Esse sistema financeiro cresceu às custas do recolhimento de tributos do governo, do repasse para o mesmo governo 30, 60, 90, 120 dias depois do fato gerador. Num programa de privatização, acho que os recursos armazenados pelo sistema financeiro teriam que ser devolvidos em investimentos para a sociedade.

Cássio — É preciso que os bancos voltem à sua atividade-fim, que é efetivamente a de financeiros e de participantes do risco do processo de desenvolvimento. Coisa que não existe no Brasil.

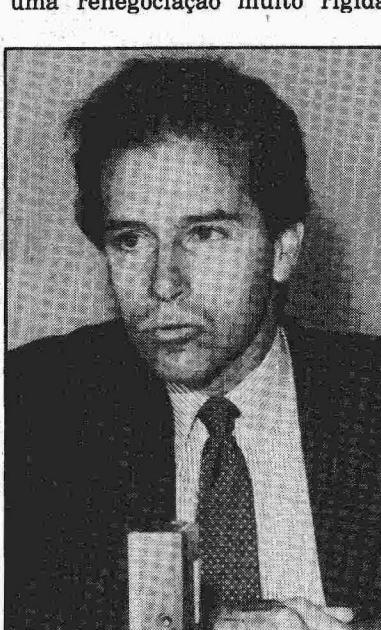
JBR — Qual a sua receita para o próximo governo?

Estevão — A primeira coisa que nós vamos ter, o primeiro sacrifício que a classe empresarial vai ter que fazer é se conscientizar que nós vamos ter um aumento de carga tributária líquida. O segundo sacrifício eu acho que vai ser a extinção completa de todos os subsídios e programas de incentivos existentes na economia. Eu acho que a classe operária brasileira não pode ser chamada a contribuir com uma parcela nessa cota de sacrifício, até porque ela não tem para dar. Esse sacrifício vai ter que ser repartido entre as elites brasileiras. O novo presidente tem que vir com um projeto de privatização grande, um projeto de moralização da administração pública e um projeto de restauração da credibilidade dos brasileiros.

Cássio — Austeridade. Eu acho que seria a palavra-chave do país. Acho que as medidas de choque poderão agir sobre a elite brasileira, mas a elite como um todo, principalmente a financeira. Concordo que o povo brasileiro não tem mais o que tirar. Resumindo em poucas palavras: um choque de capitalismo no País. Quanto aos impostos, acho que precisa haver uma redução, mas que realmente "todos" paguem, o que só é possível com credibilidade e austeridade.

Osório — Falar depois é só repetir o que foi dito. Mas eu tinha escrito aqui: "E que todos contribuam". O trabalho do próximo governo terá de ser baseado em quatro premissas muito claras: seriedade, austeridade, responsabilidade e capacidade. Quais as medidas? Acabar com déficit público, a dívida externa, privatizar, e permitir a entrada de capital estrangeiro...

Nuri — Não temos nem capital tecnológico nem capital financeiro. O Brasil precisa desses capitais. Eu, quando jovem, participei de muitos movimentos nacionalistas e hoje tenho plena convicção de que muitos foram orquestrados até lá fora. Uma boa maneira de você deixar um país bem atrasado é acirrar o nacionalismo e deixar o país sem dinheiro e sem tecnologia. Já pagamos muitos impostos como alíquota, mas temos pouca receita global. É preciso também a unificação e explicitação dos impostos. A dona-de-casa, quando compra um quilo de arroz, não sabe o quanto paga de imposto. A explicitação deste imposto é muito importante para a sociedade, porque ela vai poder cobrar o bom ou mau uso por parte do governo. É preciso que a sociedade também saiba que rumos vamos seguir a longo prazo. Acho que passaremos por uma recessão no primeiro ano, obviamente. Este grande sacrifício pelo qual o empresariado vai passar.



Luís Estevão de Oliveira Neto é diretor das 15 empresas do Grupo OK, que abrangem desde banco e companhias de crédito e financiamento a revendedoras de automóveis, pneus, consórcios e agropecuária. O Grupo OK está entre as 100 maiores empresas brasileiras. Luís Estevão é casado, nasceu em 06 de julho de 1949, no Rio.

Candidato é Collor

— Meu candidato é o Fernando Collor, e a razão da escolha é muito simples: eu vejo nele todas as condições indispensáveis a promover as mudanças que a sociedade brasileira reclama. O Fernando já demonstrou, na sua vida pública, coragem, determinação e independência. Eu acho que esses são os três ingredientes indispensáveis, porque não se muda nada sem coragem, sem determinação e sem independência. Acho que essa confiança toda que o Brasil está depositando nele é reflexo da identificação de sua personalidade com aquilo que a sociedade espera do futuro Presidente da República.

Voto útil

— Como entidade de classe, eu



Cássio Aurélio Branco Gonçalves é presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra). Engenheiro civil, é também diretor-presidente da empresa Caenge — Construção, Administração e Engenharia. Participou das construções de várias obras de relevo em Brasília, entre elas do Centro de Convenções. Nasceu em São Paulo, em 29 de julho de 1942.

Voto útil

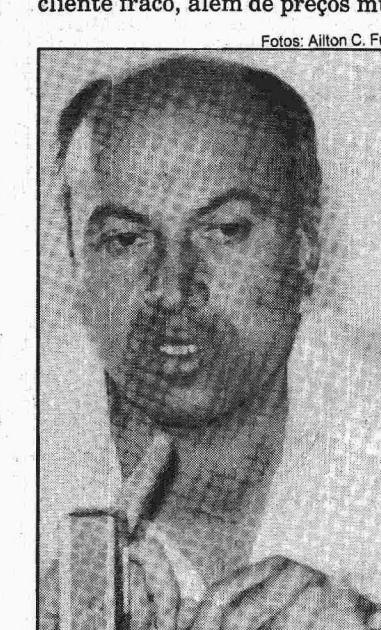
— Como entidade de classe, eu não posso me manifestar, porque a entidade é apolítica. Agora, como cidadão, eu, diante de um quadro de dois turnos, tenho um elenco de candidatos que vou discriminar na ordem de preferência. Em primeiro lugar seria o Afif Domingos, porque o pensamento dele coincide bastante com o que eu defendo. Em segundo lugar seria o Mário Covas, não tanto por ele, mas por sua equipe. E em terceiro lugar está o Brizola. Na ocasião da eleição, vou ter que ponder para um destes candidatos, para ter um voto útil.



Osório Adriano Filho é engenheiro pela Universidade de Miami (EUA) e, atualmente, diretor das 14 empresas do Grupo Brasal, que abrangem revenda de veículos, construção, corretora de seguros, hotelaria e informática. Está entre as 100 maiores empresas brasileiras. Membro fundador do Partido da Frente Liberal (PFL) no DF e atual presidente da executiva regional do partido. Nasceu na cidade mineira de Uberaba e reside em Brasília desde 1987.

Aureliano

— Eu sou o presidente regional do PFL. Como tal, apoio, o Dr. Aureliano. Não somente por isso, mas eu sempre admirei a figura do Dr. Aureliano, porque acho que esse perfil que foi dado aqui se veste inteiramente nele. A posição atual dele não é boa, mas com o nosso trabalho e, passada essa fase de euforia, vamos ver se nós conseguimos melhorar essa posição e fazer ele fique para o segundo turno.



Nuri Andrauss Gassani é diretor-presidente das empresas Citroeste, Codipe e Brasília Diesel. Além disso, é sócio-proprietário da Extracta-Inseminação Artificial e proprietário das empresas Proterra e Pema — Distribuidoras de Valmet. Tem 46 anos e nasceu em São Paulo. Mora em Brasília desde 1967.

Apoio a Afif

— A Associação Comercial veda qualquer participação político-partidária. Mas o cidadão e trabalhador para esse candidato há algum tempo. É o Afif Domingos. Nós temos um relacionamento muito grande com ele desde a sua época de líder empresarial em São Paulo. A nossa síntese vem exatamente na reorientação da economia do País partindo de onde o Juscelino (Kubitschek) deixou. Eu acho que essa foi a grande identidade entre ele e o empresariado aqui de Brasília. Eu me identifico muito com ele, estou trabalhando para ele e vamos tentar elegê-lo.